

## Decadência das metrópoles e paraíso das cidades médias?

**Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro\***  
**Juciano Martins Rodrigues\*\***

Temos sido expostos nos últimos meses a inúmeros resultados de trabalhos, especialmente através da imprensa, que parecem detectar uma inflexão no caráter concentrador do desenvolvimento territorial brasileiro. Eles têm suscitados a difusão de duas idéias que merecem maior atenção e cuidado pelas suas implicações sobre as orientações da política pública. Por um lado, a concepção de que os problemas econômicos, sociais, ambientais, etc. gerados pela concentração do desenvolvimento industrial nas metrópoles estariam sendo resolvidos pelas próprias forças do mercado, na medida em que, por diversos fatores empurram o deslocamento das atividades produtivas para as cidades médias. Por exemplo, na edição de 5 de julho do jornal Folha de São Paulo foi publicada matéria nesta direção. Neste sentido, procuramos apresentar evidências de que é necessário cuidado ao propagar a idéia de que as chamadas cidades médias vêm apresentando desempenho econômico e demográfico bem superior às áreas metropolitanas. Subjacente a isso é necessário, ao mesmo tempo, cautela ao definir conceitual e operacionalmente as categorias “cidade média” e “metrópole”.

No bojo desta visão, vem junto a interpretação das cidades médias como paraíso da nova etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois de tão dinâmico e virtuoso que é até se ressentir da escassez de força de trabalho. Sabemos que os analistas brasileiros nos campos das ciências sociais e econômicas são sempre orientados por diagnósticos catastrofistas ou enaltecidos e, para tanto, estão sempre descobrindo o novo e afirmando a reprodução do velho.

Os resultados dos nossos trabalhos sobre as metrópoles recomendam ao menos prudência nas análises e, sobretudo, nas conclusões implícitas e explícitas. Este artigo pretende apresentar alguns números e hipóteses nesta direção. A primeira é a retomada de análises clássicas sobre as tendências territoriais da economia brasileira no longo prazo, que já demonstraram a existência de movimentos de desconcentração do núcleo da indústria brasileira.

Com efeito, sabemos que o processo de ocupação econômica no Brasil se deu de maneira diferenciada do ponto de vista espacial. Entre 1930 e 1970 ocorreu um intenso processo de concentração econômica, especialmente da indústria, na Região Sudeste, de sobremaneira em São Paulo. A literatura aponta que o auge desta concentração se deu por volta do ano de 1970, quando há mudança neste quadro, com a desconcentração das atividades produtivas para o interior de São Paulo – sobretudo – e para outras partes do país.

Do ponto de vista industrial, vimos surgir um conjunto de novas áreas industriais no País, em contrapartida à perda de importância de tradicionais regiões produtoras, a exemplo das áreas

---

\* Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Observatório das Metrópoles.

\*\* Pesquisador do Observatório das Metrópoles e Doutorando em Urbanismos (PROURB/UFRJ).

metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A concentração econômica no estado de São Paulo e de polarização na sua área metropolitana se manteve estável até a década de 70. Entre 1970 e 1985 a área metropolitana paulista viu sua participação no total do emprego industrial brasileiro cair de 34% para 28% e sua participação na produção passar de 44% em 1970 para 29% em 1985 (Diniz e Crocco, 1996). Há neste momento, sem dúvida, um processo de desconcentração das atividades produtivas, principalmente a industrial. Todavia, o surgimento de novas áreas industriais e o rápido crescimento das cidades de porte médio, que caracterizam este processo, deve ser visto com cuidado, principalmente no que tange ao limite espacial desta desconcentração. Com efeito, Diniz e Crocco (1996) e Diniz (1993), em estudos bastante difundidos, chamam a atenção para os limites da desconcentração, que estaria contida dentro da Região Centro-Sul.

Os recentes estudos mencionados anteriormente destacam o crescimento do peso econômico das cidades médias como tendências recentes, relacionadas com as mudanças no nosso modelo de desenvolvimento. São análises que utilizam principalmente a redistribuição em percentual do Produto Interno Bruto Municipal (PIB). Tal indicador é extremamente importante, mas possui também importantes limitações conceituais e operacionais para sustentar os argumentos destas interpretações.

Antes de tudo, é necessário definir o que são cidades médias, como categoria de espaços urbanos que se inserem na complexa rede urbana brasileira. Visto que estas categorizações e suas denominações estão ligadas à ótica de análise adotada, como nos chama a atenção Castello Branco (2007). Neste sentido, o tamanho populacional, embora seja o indicador básico que define esta categoria, não deve ser considerado isoladamente, sendo necessário complementar com outras informações.

Neste contexto, é necessário combinar o tamanho da população com a estruturação da rede urbana, ou seja, a hierarquia dos espaços urbanos. Não é recomendável, na ausência de informações que permitam classificar o papel que esses nós desempenham no sistema de cidades, como na teoria das localidades centrais, adotar simplesmente um corte populacional para definir esta categoria (Castello Branco, 2007). Acrescentamos ainda que, cidades que fazem parte de regiões metropolitanas de maneira alguma podem ser incluídas na mesma categoria de análise de cidades do mesmo tamanho, isoladas ou que polarizam algum outro tipo de aglomeração urbana.

Para efeitos da breve análise que propomos aqui, adotamos como elemento definidor de cidade média o tamanho populacional<sup>1</sup> – cidades de 100 a 500 mil habitantes – e a sua posição na rede urbana – cidades deste porte que não pertencem aos 15 espaços metropolitanos identificados na hierarquia definida no estudo “Análise das Regiões Metropolitana: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias” (Disponível para download em [www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br))<sup>2</sup>. Por outro lado, é indispensável ter

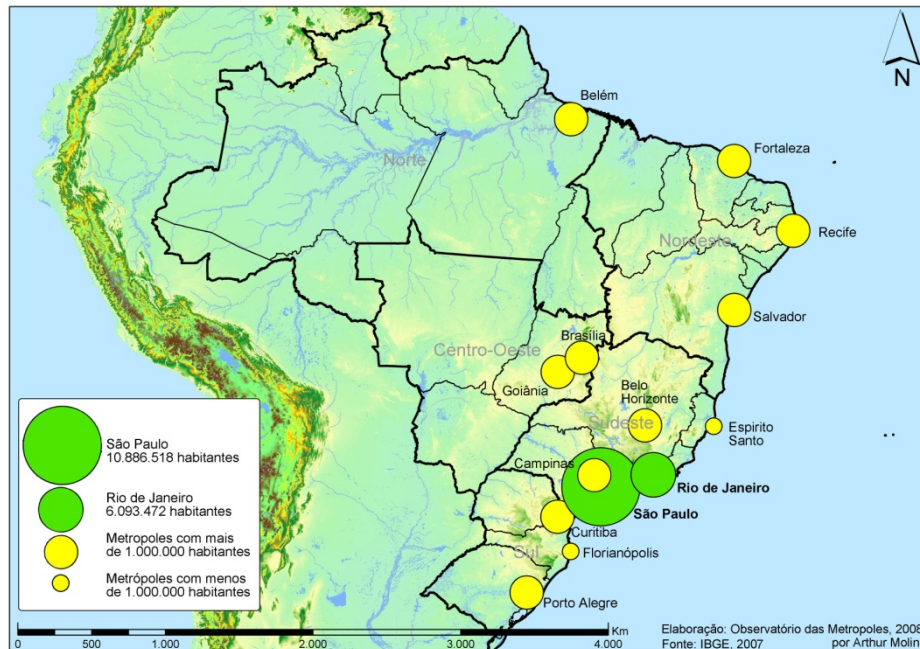
---

<sup>1</sup> O tamanho de um aglomerado populacional não está nenhum um pouco desligado das suas funções ou mesmo da sua situação social, com nos lembrou Louis Wirth em *O Urbanismo com modo de vida*.

<sup>2</sup> Estas 15 metrópoles constituem aglomerados urbanos que apresentam características próprias das novas funções de comando, direção e coordenação das grandes cidades na “econômica em rede”, nos termos descritos por Veltz (1996), isto é: concentração de população, capacidade de centralidade, grau

com clareza o que no urbano atual se define como metrópoles. Sendo assim, utilizamos em nossas reflexões o conjunto de espaços urbanos definidos como metropolitanos no estudo do Observatório das Metrópoles, mencionado acima. Podemos visualizar as 15 metrópoles no cartograma 1 abaixo.

**Cartograma 1**

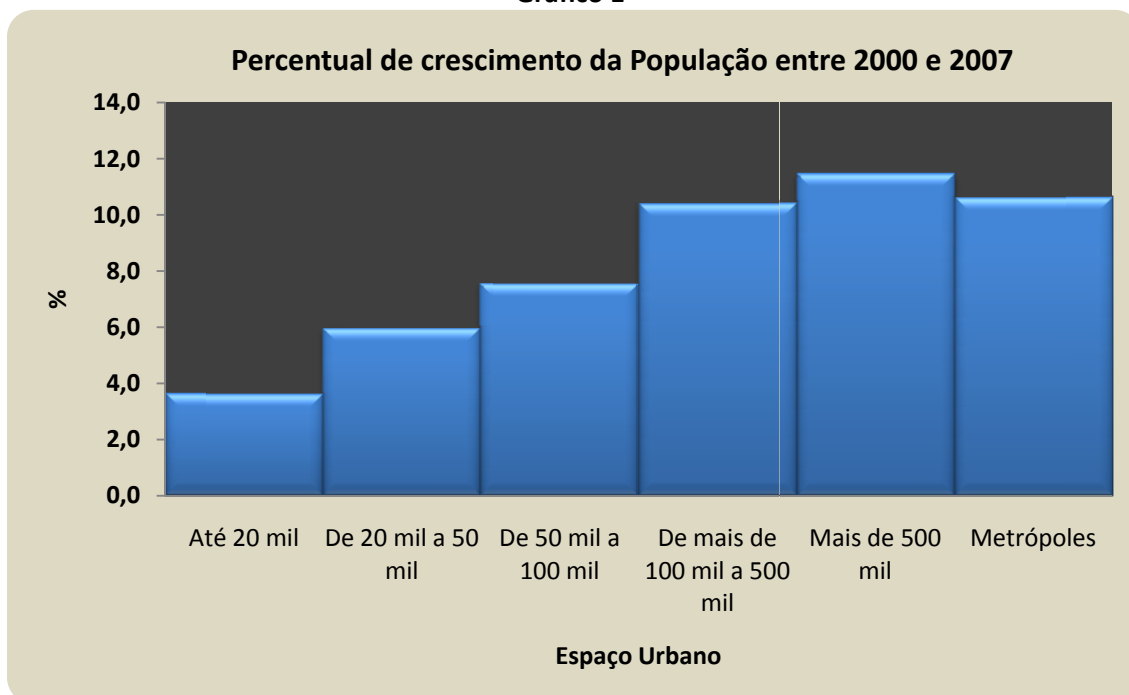


Ao contrário do que vem se propagando na imprensa, as cidades médias não vêm apresentando crescimento econômico e demográfico muito superior em comparação com as metrópoles. Em termos relativos, o crescimento populacional entre 2000 e 2007 foi maior nestas 15 metrópoles, 10,6%, o que representa aproximadamente 6,5 milhões de pessoas, contra 10,4% das cidades médias. Mesmo se incluíssemos entre as cidades médias, os municípios com mais 500 mil habitantes, capitais como São Luiz e Campo Grande ou centros urbanos como Londrina e Uberlândia, no máximo esse crescimento se igualaria ao das metrópoles. Com isso, vimos a participação da população metropolitana no total do país, passar de 36,4% para 37,2%.

---

inserção na economia de serviços produtivos e poder direção medido pela localização da sede das maiores 500 empresas do país, volume total de operações bancárias/financeiras e massa de rendimento mensal.

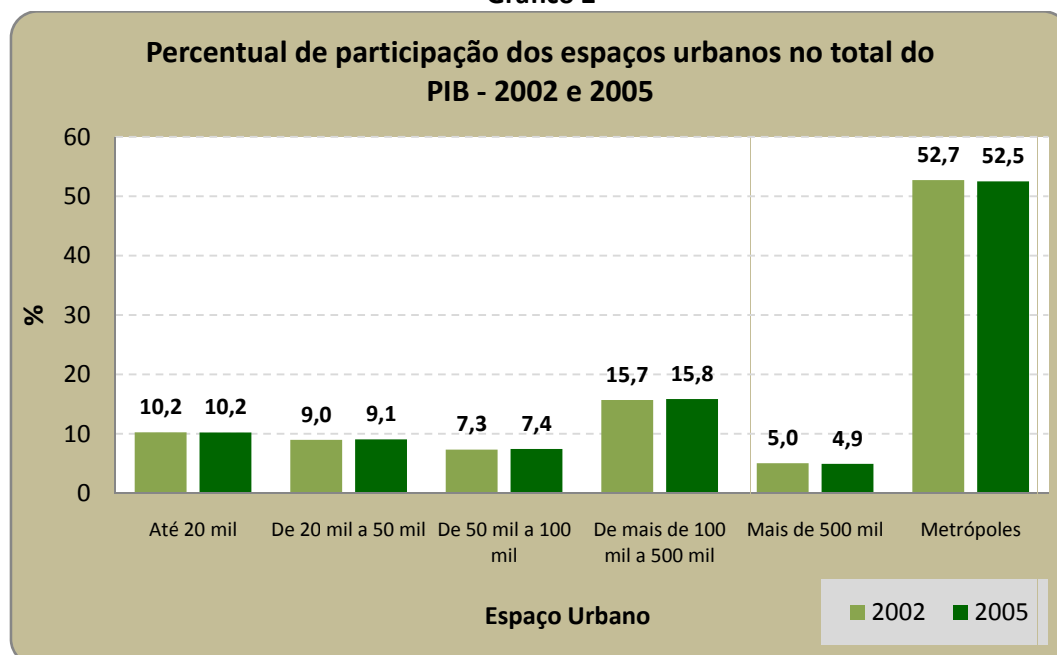
Gráfico 1



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e Contagem populacional 2007. Tabulação Observatório das Metrôpoles.

A constatação é quase a mesma para a evolução do PIB. Entre 2002 e 2005 (abrangência temporal da nova série dos PIBs municipais do IBGE), a participação das metrôpoles no total do PIB nacional passou de 52,7%, em 2000, para 52,5%, em 2005. Em termos relativos o aumento foi de aproximadamente 9,8%. Apesar do aumento de 14,7% entre estes dois anos, as cidades médias mantiveram o nível de participação no PIB do país, em torno de 15,7%. Vale ainda ressaltar, que no ranking de participação no PIB em 2005, todas as 15 primeiras cidades são metropolitanas. Já entre as 30 primeiras, apenas seis não fazem parte das 15 metrôpoles.

Gráfico 2



Fonte: IPEADATA, 2008.

Talvez constatações precipitadas de que as cidades médias protagonizam a constituição de eldorado sonhado desde os anos 1970, neste novo ciclo de expansão da economia brasileira, se devem à imprecisão na definição desta categoria de espaço urbano, ou seja, aquelas que incluem na mesma categoria as cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes não-metropolitanas e metropolitanas<sup>3</sup>. Neste sentido, vale lembrar que das 292 cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, 75 fazem parte das 15 regiões metropolitanas e que somam 1/4 da população metropolitana brasileira.

Constatamos ainda, que entre 2000 e 2007 as cidades metropolitanas incluídas neste recorte de tamanho demográfico apresentam crescimento demográfico superior que as de mesmo porte, que não pertencem às 15 metrópoles. A primeira categoria apresentou um aumento de 16% no seu contingente populacional à uma taxa média de crescimento anual de 2,2% nos últimos sete anos, enquanto que a segundo, o crescimento ficou em torno de 10%, com uma taxa anual de 1,4%.

No que tange ao emprego na indústria de transformação, embora as metrópoles tenham perdido participação no total do país, passando de 47,0% para 43,7% entre 2000 e 2005, ocorreu um aumento absoluto de 518 mil postos de trabalho. Utilizando este mesmo indicador não podemos afirmar que as cidades médias "reinam" na indústria brasileira, embora sua participação tenha se elevado de 19,03% para 19,4% entre estes dois anos, o que representa um aumento de pouco mais de 334 mil postos de trabalhos formais.

Informações como estas podem induzir análise que caminham na direção de afirmar que as metrópoles, principalmente São Paulo, estariam vivendo casos clássicos de desindustrialização, como nos chama a atenção Diniz e Campolina (2007). Segundo esses autores "o fenômeno que vem ocorrendo na RMSP é complexo e não pode ser reduzido, de forma direta, à idéia de desindustrialização. Houve grande queda no emprego, mas a queda na produção foi pequena, indicando estagnação e reestruturação e não desindustrialização" (Diniz e Campolina, 2007, pg. 34).

Os autores ainda chamam a atenção para o fato de que a redução do emprego industrial foi mais que compensada pelo aumento do emprego nos setores de comércio e serviços, o que poderia indicar uma reestruturação produtiva e não desindustrialização: "a reestruturação industrial se fez com altos ganhos de produtividade e com transferência de muitos postos de trabalho e de atividades da indústria para o setor de serviços, a chamada terceirização" (Diniz e Campolina, 2007, p. 35).

Tais mudanças devem ser também pensadas no contexto da internacionalização da economia, já que cidades como São Paulo tendem a reafirmarem seu papel de intermediário nas grandes transações financeiras e comerciais. A dispersão geográfica das indústrias cria uma demanda para a expansão do gerenciamento e do planejamento centralizados e vários dos serviços especializados, componentes característicos dos desenvolvimentos das cidades globais (SASSEN, 1993).

Neste contexto, a própria indústria avançada continua concentrada nas metrópoles,

---

<sup>3</sup> Como na reportagem *Cidades médias têm maior crescimento econômico do país*, publicada na Folha de São Paulo no dia 5 de julho de 2008.

maciçamente em São Paulo. No que diz respeito às indústrias promotoras de progresso técnico, por exemplo, 54% delas estão nas metrópoles, sendo que 25% em São Paulo. Relatório das Observatório das Metrôpoles<sup>4</sup>, revela ainda que as metrópoles concentram 62% da capacidade tecnológica nacional e 54% do VTI das firmas exportadoras e inovadoras. Com destaque para São Paulo que concentra 22% da capacidade tecnológica e 19% do VTI das firmas exportadoras e inovadoras, o que reafirma o peso da maior metrópole brasileira na economia do país.

Vale lembrar, porém, que essas mesmas metrópoles, que apresentam expressivos traços das forças produtivas requeridas pelo novo modelo de desenvolvimento geram estruturas sociais bastante desfavoráveis no que diz à reprodução social e, conseqüentemente, à coesão social.

CASTELLO BRANCO, M.L (2007). Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In : SPOSITO, M.E.B. *Cidades médias : espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular.

DINIZ C.C (1993). Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização in: *Revista Nova Economia*, nº.1, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DINIZ, C.C, CAMPOLINA, B (2007). A região metropolitana de São Paulo : reestruturação, reespecialização e novas funções. *Revista Eure*, nº 98, 27-43. Santiago de Chile.

DINIZ, C.C, CROCCO, M (1996). *Reestruturação econômica e impacto regional : o novo mapa da indústria brasileira*. Revista Nova Economia, nº 6, pp. 77-103. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

FOLHA de São Paulo (2008). *Cidades médias têm maior crescimento econômico do país*. Folha Dinheiro, 05 de Julho de 2008.

OBSERVATORIO das Metrôpoles (2005). *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles. Disponível em [www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br). Acessado em 22 de julho de 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS, JUNIOR (Orgs.) (2007). *As metrópoles e a questão social*. Rio de Janeiro, Editora Revan/Observatório das Metrôpoles.

RUIZ, R.M, PEREIRA, B, F (2008). *Estrutura e Dinâmica Espaço-temporal das Metrôpoles Brasileiras*. Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

SASSEN, S (1993). A Cidade Global. In: LAVINAS, L, CARLEIAL, L, NABUCO, M.R. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec. São Paulo.

VELTZ, P. (1996). *Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris, Presses Universitaires de France.

---

<sup>4</sup> A capacidade tecnológica é medida pelo número de patentes, artigos científicos e população com mais de 12 anos de estudos

WIRTH, Louis (1987). O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 4a. Ed.

**[www.observatoriodasmetroles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br)**